



CBM-MA

**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO
MARANHÃO**

PRAÇA COMBATENTE BOMBEIRO MILITAR

**EDITAL Nº 1 – CBM/MA, DE 10 DE JULHO DE
2026**

**CÓD: OP-121JL-26
7908403598489**

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	7
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	7
3. Domínio da ortografia oficial	8
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual	9
5. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	9
6. Emprego de tempos e modos verbais	10
7. Domínio da estrutura morfosintática do período: Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração; Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto	12
8. Emprego das classes de palavras	17
9. Emprego dos sinais de pontuação	25
10. Concordância verbal e nominal	26
11. Regência verbal e nominal	28
12. Emprego do sinal indicativo de crase	29
13. Colocação dos pronomes átonos	29
14. Reescrita de frases e parágrafos do texto; Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade	30
15. Significação das palavras	36
16. Substituição de palavras ou de trechos de texto	37
17. Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República); Adequação da linguagem ao tipo de documento; Adequação do formato do texto ao gênero	37

História do Maranhão

1. França equinocial: expedição de Daniel de La Touche. Fundação de São Luís. Batalha de Guaxenduba. Capitães-mores do Maranhão. Invasão holandesa. Expulsão dos holandeses. Estado do Maranhão e Grão-Pará: Revolta de Bequimão (causas e objetivos da revolta); Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará. Período do Império: adesão do Maranhão. Independência do Brasil. Causas da não adesão: Batalha do Jenipapo. Balaia: caracterização e causas do movimento. Período Republicano: adesão do Maranhão à República. Revolução de 1930 no Maranhão. Principais fatos políticos, econômicos e sociais ocorridos no Maranhão, na segunda metade do século XX	53
---	----

Geografia do Maranhão

1. Localização do Estado do Maranhão: superfície; limites; linhas de fronteira; pontos extremos; áreas de proteção ambiental (APA). Parques nacionais. Climas do Maranhão: pluviosidade e temperatura. Geomorfologia. Classificação do relevo maranhense: planaltos, planícies e baixadas. Características dos rios maranhenses: bacias dos rios limítrofes (Parnaíba, Gurupi e Tocantins-Araguaia). Bacias dos rios genuinamente maranhenses. Principais formações vegetais: floresta, cerrado e cocais	65
2. Geografia da população: população absoluta; densidade demográfica; povoamento; movimentos populacionais	78
3. Agricultura maranhense: caracterização e principais produtos agrícolas; caracterização da pecuária	81
4. Extrativismo: vegetal, animal e mineral	82
5. Parque industrial: indústrias de base e indústrias de transformação	84
6. Setor terciário: comércio, telecomunicações, transportes. Malha viária. Portos e aeroportos	86
7. Cultura maranhense	88

ÍNDICE

Língua Estrangeira (Inglês)

1. Compreensão de textos em língua	93
2. Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos	95

Raciocínio Lógico

1. Compreensão de estruturas lógicas.....	139
2. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.....	142
3. Lógica sentencial (ou proposicional). Proposições simples e compostas. Tabelas verdade. Equivalências. Leis de Morgan	146
4. Diagramas lógicos	151

Noções de Primeiros Socorros

1. Avaliação inicial da vítima. Hemorragias. Fraturas. Queimaduras. Obstrução de vias aéreas. Transporte de vítimas	157
2. Suporte básico de vida (SBV)	175

Noções de Combate a Incêndio

1. Teoria do fogo	183
2. Classes de incêndio; Métodos de extinção; Agentes extintores	186
3. Equipamentos básicos de combate a incêndio; Equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção respiratória (EPR)	189

Segurança Contra Incêndio e Pânico

1. Lei estadual nº 11.390/2020: objetivos; conceitos básicos; competências do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão; medidas de segurança contra incêndio; processo de segurança contra incêndio; certificação; fiscalização.....	197
--	-----

Legislação Institucional

1. Lei estadual nº 6.513/1995 (Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Maranhão)	209
2. Lei estadual nº 10.230/2015 (organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão)	226
3. Lei federal nº 14.751/2023 (Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares): disposições gerais aplicáveis aos Corpos de Bombeiros Militares	235

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

- Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.
- Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.
- **Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto:** dados, fonte de referências e datas.
- 4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.
- **Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam compreensão do texto aparecem com as seguintes expressões:** o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor... Já as questões que esperam interpretação do texto aparecem com as seguintes expressões: conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...

RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

► Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

AMOSTRA

► Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL

A ortografia oficial diz respeito às regras gramaticais referentes à escrita correta das palavras. Para melhor entendê-las, é preciso analisar caso a caso. Lembre-se de que a melhor maneira de memorizar a ortografia correta de uma língua é por meio da leitura, que também faz aumentar o vocabulário do leitor.

Neste texto serão abordadas regras para dúvidas frequentes entre os falantes do português. No entanto, é importante ressaltar que existem inúmeras exceções para essas regras, portanto, fique atento!

► Alfabeto

O primeiro passo para compreender a ortografia oficial é conhecer o alfabeto (os sinais gráficos e seus sons). No português, o alfabeto se constitui 26 letras, divididas entre **vogais** (a, e, i, o, u) e **consoantes** (restante das letras).

Com o Novo Acordo Ortográfico, as consoantes **K**, **W** e **Y** foram reintroduzidas ao alfabeto oficial da língua portuguesa, de modo que elas são usadas apenas em duas ocorrências: **transcrição de nomes próprios** e **abreviaturas e símbolos de uso internacional**.

► Uso do “X”

Algumas dicas são relevantes para saber o momento de usar o X no lugar do CH:

- **Depois das sílabas iniciais “me” e “en”** (ex: mexerica; enxergar)
- **Depois de ditongos** (ex: caixa)
- **Palavras de origem indígena ou africana** (ex: abacaxi; orixá)

► Uso do “S” ou “Z”

Algumas regras do uso do “S” com som de “Z” podem ser observadas:

- **Depois de ditongos** (ex: coisa)
- **Em palavras derivadas cuja palavra primitiva já se usa o “S”** (ex: casa > casinha)
- **Nos sufixos “ês” e “esa”, ao indicarem nacionalidade, título ou origem.** (ex: portuguesa)
- **Nos sufixos formadores de adjetivos “ense”, “oso” e “osa”** (ex: populoso)

► Uso do “S”, “SS”, “Ç”

- **“S” costuma aparecer entre uma vogal e uma consoante** (ex: diversão)
- **“SS” costuma aparecer entre duas vogais** (ex: processo)
- **“Ç” costuma aparecer em palavras estrangeiras que passaram pelo processo de aportuguesamento** (ex: muçarela)

Os diferentes porquês

POR QUE	Usado para fazer perguntas. Pode ser substituído por “por qual motivo”
PORQUE	Usado em respostas e explicações. Pode ser substituído por “pois”
POR QUÊ	O “que” é acentuado quando aparece como a última palavra da frase, antes da pontuação final (interrogação, exclamação, ponto final)
PORQUÊ	É um substantivo, portanto costuma vir acompanhado de um artigo, numeral, adjetivo ou pronome

► Parônimos e homônimos

As palavras **parônimas** são aquelas que possuem grafia e pronúncia semelhantes, porém com significados distintos.

Ex.:

*Cumprimento (saudação) X comprimento (extensão);
Tráfego (trânsito) X tráfico (comércio ilegal).*

Já as palavras **homônimas** são aquelas que possuem a mesma grafia e pronúncia, porém têm significados diferentes.

Ex.:

*Rio (verbo “rir”) X rio (curso d’água);
Manga (blusX manga (fruta).*



HISTÓRIA DO MARANHÃO

FRANÇA EQUINOCIAL: EXPEDIÇÃO DE DANIEL DE LA TOUCHE. FUNDAÇÃO DE SÃO LUÍS. BATALHA DE GUAXENDUBA. CAPITÃES-MORES DO MARANHÃO. INVASÃO HOLANDESA. EXPULSÃO DOS HOLANDESES. ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ: REVOLTA DE BEQUIMÃO (CAUSAS E OBJETIVOS DA REVOLTA); COMPANHIA DE COMÉRCIO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ. PERÍODO DO IMPÉRIO: ADESÃO DO MARANHÃO. INDEPENDÊNCIA DO BRASIL. CAUSAS DA NÃO ADESÃO: BATALHA DO JENIPAPO. BALAIADA: CARACTERIZAÇÃO E CAUSAS DO MOVIMENTO. PERÍODO REPUBLICANO: ADESÃO DO MARANHÃO À REPÚBLICA. REVOLUÇÃO DE 1930 NO MARANHÃO. PRINCIPAIS FATOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS OCORRIDOS NO MARANHÃO, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.

FRANÇA EQUINOCIAL: EXPEDIÇÃO DE DANIEL DE LA TOUCHE

A França Equinocial foi uma tentativa francesa de estabelecer uma colônia permanente na região norte da América portuguesa, especialmente na área que hoje corresponde ao Maranhão. Essa experiência ocorreu no início do século XVII e teve como principal liderança Daniel de La Touche, senhor de La Ravardiére. O projeto fazia parte das disputas entre potências europeias pelo controle de territórios, rotas comerciais, riquezas naturais e posições estratégicas no continente americano.

Naquele período, Portugal e Espanha estavam unidos sob a União Ibérica, iniciada em 1580. Isso enfraqueceu a defesa de algumas áreas da América portuguesa e abriu espaço para a presença de outros povos europeus, como franceses, ingleses e holandeses. A região do Maranhão era vista como estratégica por estar próxima à linha do Equador, possuir boa localização marítima, contato com populações indígenas e acesso a produtos de interesse comercial.

Daniel de La Touche já conhecia a região antes da fundação da colônia francesa. Ele havia realizado viagens de reconhecimento e estabelecido contatos com povos indígenas. Esses contatos foram fundamentais, pois a ocupação europeia dependia muito das alianças locais. Os franceses costumavam estabelecer relações de troca com indígenas, especialmente com grupos tupinambás, trocando objetos europeus por produtos da terra e apoio militar.

A expedição francesa chegou ao Maranhão em 1612. Junto a Daniel de La Touche, participaram outros representantes da nobreza e religiosos capuchinhos. A presença dos missionários tinha a função de legitimar religiosamente a ocupação e promover a catequese indígena, além de fortalecer a imagem da França como potência cristã em terras americanas.

O projeto da França Equinocial pretendia criar uma base de colonização estável. Diferentemente de simples viagens comerciais, os franceses buscavam fundar uma cidade, estabelecer fortificação, organizar administração e iniciar ocupação efetiva. O nome “Equinocial” fazia referência à proximidade da região com a linha do Equador, reforçando a ideia de uma colônia francesa em área tropical.

A escolha do Maranhão não foi casual. A ilha onde se localiza São Luís oferecia vantagens militares e comerciais. Era protegida por baías e rios, possuía acesso ao interior e permitia controle de navegação. Além disso, a presença portuguesa na região ainda era limitada, o que facilitava a tentativa francesa de ocupação.

A expedição de Daniel de La Touche resultou na construção de uma fortificação chamada Forte de Saint-Louis, em homenagem ao rei francês Luís XIII. Esse forte deu origem à cidade de São Luís. A fundação marcou o início formal da presença francesa no Maranhão, ainda que essa presença tenha durado pouco tempo.

A relação com os indígenas foi um dos fatores mais importantes da experiência francesa. Os franceses procuravam apresentar-se como aliados dos povos locais contra os portugueses. Essa estratégia tinha valor militar e político, pois os indígenas conheciam o território, dominavam formas de guerra local e eram indispensáveis para a sobrevivência dos europeus.

Entretanto, o projeto francês enfrentava dificuldades. A distância da França, a falta de reforços constantes, os desafios ambientais, as doenças, a necessidade de abastecimento e a reação portuguesa enfraqueceram a colônia. Portugal não aceitou a presença francesa em território considerado seu e organizou expedições para expulsar os invasores.

A França Equinocial teve vida curta, mas deixou marcas importantes. A mais evidente é a própria fundação de São Luís, uma das poucas capitais brasileiras cuja origem está diretamente ligada a uma iniciativa francesa. Além disso, o episódio mostra que a formação territorial do Brasil foi resultado de conflitos, alianças, resistências e disputas internacionais.

FUNDAÇÃO DE SÃO LUÍS

A fundação de São Luís ocorreu em 1612, durante a tentativa francesa de estabelecer a chamada França Equinocial no Maranhão. A cidade nasceu a partir da ocupação comandada por Daniel de La Touche, senhor de La Ravardiére, e recebeu esse nome em homenagem ao rei francês Luís XIII. Esse fato torna São Luís uma cidade singular na história brasileira, pois sua origem está ligada a uma iniciativa francesa em território posteriormente consolidado sob domínio português.

A escolha do local da fundação teve razões estratégicas. A ilha onde se situa São Luís oferecia proteção natural, acesso ao mar, controle de baías e proximidade com rios que permitiam comunicação com o interior. Para os franceses, estabelecer uma base naquela região significava criar um ponto de apoio para comércio, defesa militar e expansão colonial.

AMOSTRA

BATALHA DE GUAXENDUBA

A fundação não foi apenas um ato simbólico. Os franceses construíram uma fortificação, organizaram uma pequena estrutura administrativa e buscaram estabelecer relações com os povos indígenas da região. O Forte de Saint-Louis tornou-se o núcleo inicial da ocupação, funcionando como ponto militar e político.

A presença dos religiosos capuchinhos também marcou a fundação. Eles acompanharam a expedição francesa com o objetivo de catequizar os indígenas e justificar espiritualmente a colonização. Como em outras experiências coloniais, a religião e a expansão territorial caminharam juntas, ainda que os interesses econômicos e estratégicos fossem centrais.

A fundação de São Luís deve ser compreendida dentro do contexto das disputas europeias pelo território americano. A França, embora não reconhecesse plenamente os direitos de Portugal sobre toda a América portuguesa, buscava estabelecer áreas de influência. Antes da França Equinocial, os franceses já haviam tentado ocupar parte do atual Rio de Janeiro, na experiência conhecida como França Antártica. O Maranhão representava uma nova tentativa de colonização.

A relação entre franceses e indígenas foi decisiva nos primeiros anos. Os franceses dependiam do apoio indígena para alimentação, conhecimento do território, defesa e construção da colônia. Muitos grupos locais viam nos franceses aliados úteis contra inimigos tradicionais ou contra a expansão portuguesa. Assim, a fundação de São Luís não pode ser entendida apenas como ação europeia, mas como resultado de alianças e conflitos envolvendo também povos indígenas.

A reação portuguesa veio pouco tempo depois. A presença francesa ameaçava o domínio colonial português e poderia abrir caminho para perda territorial no norte da América. Por isso, os portugueses organizaram expedições militares para expulsar os franceses. A fundação de São Luís, portanto, marcou o início de uma disputa direta pelo controle do Maranhão.

Após a derrota francesa e a consolidação portuguesa, São Luís continuou existindo e passou a integrar a estrutura colonial portuguesa. A cidade manteve seu nome, mas sua administração, sua organização política e sua vida econômica foram progressivamente adaptadas aos interesses portugueses.

Com o tempo, São Luís tornou-se centro administrativo, comercial e político da região. Sua localização favoreceu o contato com o Atlântico e com o interior, especialmente por meio dos rios. A cidade desempenhou papel importante na colonização do norte, no comércio, na escravidão, na administração colonial e nas disputas políticas posteriores.

A fundação francesa também contribuiu para a identidade histórica da cidade. São Luís carrega uma memória de origem marcada por contatos culturais, conflitos coloniais e presença europeia diversa. Essa singularidade é frequentemente lembrada como elemento distintivo da história maranhense.

É importante observar que a fundação de uma cidade não significa ocupação pacífica de um território vazio. A região já era habitada por povos indígenas com suas próprias formas de vida, organização social e domínio territorial. A chegada europeia representou conflito, imposição cultural, mudanças econômicas e alterações profundas no espaço local.

A Batalha de Guaxenduba foi um confronto decisivo entre portugueses e franceses pelo controle do Maranhão. O episódio ocorreu em 1614, no contexto da reação portuguesa contra a França Equinocial. Essa batalha teve grande importância porque contribuiu diretamente para o enfraquecimento da presença francesa e para a consolidação do domínio português na região.

Após a fundação de São Luís pelos franceses, em 1612, Portugal passou a organizar uma resposta militar. A presença francesa era vista como ameaça à integridade territorial da América portuguesa. Se os franceses consolidassem sua colônia, poderiam controlar uma área estratégica do norte, ampliar suas atividades comerciais e disputar o acesso ao interior.

A expedição portuguesa foi comandada por Jerônimo de Albuquerque, figura importante na luta contra os franceses. Ele reuniu forças formadas por portugueses, colonos, indígenas aliados e outros combatentes. A guerra no Maranhão, como em muitos conflitos coloniais, não foi apenas europeia. Povos indígenas tiveram participação relevante em ambos os lados, conforme alianças, interesses e rivalidades locais.

Guaxenduba localizava-se em área estratégica para os movimentos militares. O confronto envolveu condições difíceis, pois os portugueses enfrentavam limitações de número, abastecimento e conhecimento do terreno. Ainda assim, conseguiram resistir e impor derrota importante aos franceses.

A batalha adquiriu também dimensão simbólica. Narrativas tradicionais destacam a coragem dos portugueses e de seus aliados, além de elementos religiosos associados à vitória. Como era comum na época, vitórias militares eram frequentemente interpretadas como sinais de proteção divina, fortalecendo a legitimidade da conquista.

Do ponto de vista militar, a Batalha de Guaxenduba não encerrou imediatamente a presença francesa, mas foi decisiva para mudar o equilíbrio do conflito. Os franceses, que dependiam de apoio indígena, reforços e suprimentos, ficaram enfraquecidos. A vitória portuguesa fortaleceu o cerco e preparou o caminho para a expulsão definitiva.

A batalha mostrou a importância das alianças indígenas. Os europeus não dominavam completamente o território e dependiam de aliados locais. Os indígenas conheciam caminhos, rios, formas de combate e recursos naturais. Sem esse apoio, seria muito difícil sustentar campanhas militares na região.

Também é necessário compreender o contexto maior da disputa. Durante a União Ibérica, Portugal estava sob a mesma coroa da Espanha, e os inimigos espanhóis também passaram a atacar possessões portuguesas. Franceses, holandeses e ingleses buscaram aproveitar fragilidades defensivas. O Maranhão, distante dos principais centros coloniais portugueses, tornava-se vulnerável.

A vitória portuguesa em Guaxenduba contribuiu para impedir a formação de uma colônia francesa duradoura no norte da América. Se a França Equinocial tivesse prosperado, o mapa político da região poderia ter sido muito diferente. A batalha, portanto, teve impacto na formação territorial do Brasil.

Depois de Guaxenduba, os portugueses continuaram pressionando os franceses. Em 1615, a presença francesa foi definitivamente encerrada com a rendição e saída dos franceses de São Luís. A cidade passou ao controle português, preservando o nome, mas sendo integrada à colonização lusa.

GEOGRAFIA DO MARANHÃO

LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO: SUPERFÍCIE; LIMITES; LINHAS DE FRONTEIRA; PONTOS EXTREMOS; ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA). PARQUES NACIONAIS. CLIMAS DO MARANHÃO: PLUVIOSIDADE E TEMPERATURA. GEOMORFOLOGIA. CLASSIFICAÇÃO DO RELEVO MARANHENSE: PLANALTOS, PLANÍCIES E BAIXADAS. CARACTERÍSTICAS DOS RIOS MARANHENSES: BACIAS DOS RIOS LIMÍTROFES (PARNAÍBA, GURUPI E TOCANTINS-ARAGUAIA). BACIAS DOS RIOS GENUINAMENTE MARANHENSES. PRINCIPAIS FORMAÇÕES VEGETAIS: FLORESTA, CERRADO E COCAIS

► Localização do Estado

O Maranhão, situado na região Nordeste do Brasil, encontra-se entre os paralelos 1º01' e 10º21' de latitude sul e os meridianos 41º48' e 48º50' de longitude oeste. É o segundo maior estado nordestino em área, ultrapassado apenas pela Bahia, ocupando uma área total de 329.651,463 km² (IBGE 2025).

Isso representa cerca de 4% do território nacional e 18% da região Nordeste. O estado está localizado em uma zona de transição entre a Amazônia, região quente e úmida ao norte, e o sertão árido do Nordeste. O Maranhão é também o único estado do Nordeste que faz parte da Amazônia Legal.

Considerações	Maranhão
Divisão física da América	América do Sul
Divisão cultural da América	América Latina
Equador	Hemisfério Sul = 100%
Greenwich	Hemisfério Oeste ou Ocidental = 100%
Coordenadas geográficas	LS, L _N W
Predomínio de fronteira	Terrestres
Predomínio de linhas divisórias	Fluviais
Implicações	– Horário atrasado em relação à Greenwich. – Estações do ano mal definidas. – Clima quente e úmido. – Vegetação megatérmica. – Predomínio de rios cheios no verão e no inverno com vazantes. – Não deve se usar o horário de verão (duração do dia praticamente igual a da noite).



Bandeira



Brasão

Limites e fronteiras naturais

- **Ao Norte:** Oceano Atlântico.
- **Ao Sul:** Estado do Tocantins, delimitado pelos rios Tocantins e Manuel Alves Grande.
- **A leste:** Estado do Piauí, marcado pelo Rio Parnaíba.
- **A oeste:** Estado do Pará, definido pelo Rio Gurupi.

AMOSTRA



Pontos Extremos

- **Ao Norte:** Ponta do Tacunde, localizada em Carutapera.
- **Ao Sul:** encontra-se entre Alto Parnaíba (MA) e a Chapada das Mangabeiras em Mateiros (TO).
- **A Leste:** a convexidade mais oriental do Rio Parnaíba, situada em Araisos (MA).
- **A Oeste:** a confluência dos rios Araguaia e Tocantins, em São Pedro da Água Branca (MA).

Observações:

- As divisas do Maranhão são estabelecidas de forma marítima (com o Oceano Atlântico) e terrestre (com rios, serras e chapadas). Ocorre o predomínio de divisas terrestres, com destaque para os rios (fluviais).
- **O MA é quase uma ilha fluviomarina, pois apenas em trechos com o TO e o PA não têm limites com águas:** Chapada das Mangabeiras e Serra do Gurupi.
- O Maranhão tem a sua porção oeste dentro da Amazônia oriental, sendo parte integrante do Programa Grande Carajás (junto com o PA e TO).
- O MA está situado no 2º fuso do Brasil (45º LNW – HOB – Horário Oficial do Brasil – Brasília), estando 3 horas atrasada em relação ao horário do GMT (Greenwich).
- O espaço geográfico do Maranhão é integralmente habitável (ecúmeno), pois não temos geleiras, desertos, altas montanhas etc.
- Através dos pontos extremos do Maranhão podemos obter a localização do Estado em relação ao Equador (latitude) e ao meridiano de Greenwich (longitude).

Unidades de conservação

O Maranhão possui 26 unidades de conservação, divididas entre 14 de jurisdição estadual e 12 de jurisdição federal, conforme estabelecido pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Estas unidades são categorizadas em dois grupos principais: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

Unidades de Proteção Integral

- Reservas Biológicas (REBIO);
- Parques Estaduais (PES);
- Parques Nacionais (PARNA);
- Estações Ecológicas (ESEC);
- Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

Unidades de Uso Sustentável

- Reservas Extrativistas (RESEX);
- Florestas Estaduais (FLORSU);
- Florestas Nacionais (FLONA);
- Áreas de Proteção Ambiental (APA).

Essas categorias refletem diferentes abordagens de gestão ambiental, com as Unidades de Proteção Integral focadas na preservação estrita da natureza e as Unidades de Uso Sustentável permitindo o uso consciente dos recursos naturais, promovendo a conservação ambiental aliada ao desenvolvimento sustentável.

Unidades de Conservação Ambiental no Maranhão e Suas Características

- **Reserva Biológica do Gurupi:** localizada no noroeste do Maranhão, abriga uma porção da Floresta Amazônica. Sofre com a degradação devido ao extrativismo vegetal. É uma reserva ambiental federal.
- **Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses:** situado no litoral oriental, é famoso por suas vastas dunas. O turismo intensivo é a principal fonte de degradação. Também é uma reserva ambiental federal.
- **Parque Ecológico da Lagoa da Jansen:** em São Luís, esta laguna de origem antrópica foi formada pelo represamento dos igarapés Ana Jansen e Jaracati, conectando-se ao mar por canais de drenagem. As margens são caracterizadas por faixas de manguezais. A degradação inclui eutrofização cultural, aterros em mangues e contaminação por esgotos domésticos.
- **Parque Estadual do Bacanga:** localizado em São Luís, conserva resquícios da Floresta Amazônica na Ilha do Maranhão e possui importantes mangues e matas galerias. A degradação ocorre devido à ocupação desordenada e invasões.
- **Parque Estadual do Mirador:** no centro-sul do estado, abrange áreas do cerrado e inclui a nascente do rio Itapecuru. A expansão da agricultura de soja tem causado impactos ambientais significativos.
- **Parque Estadual do Parcel de Manuel Luís:** situado a 50 milhas do litoral de Cururupu, no litoral ocidental, é o maior banco de corais da América do Sul. O turismo, especialmente para a prática de mergulho, é a principal causa de degradação.

LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS)

COMPREENSÃO DE TEXTOS EM LÍNGUA

▪ A compreensão e interpretação de textos em língua inglesa vão muito além da simples tradução de palavras. Esse processo envolve a capacidade de entender o significado global do texto, reconhecer relações entre suas partes e identificar como ele dialoga com outros textos e contextos. Para que isso ocorra de forma eficiente, é fundamental desenvolver tanto o domínio do vocabulário e da estrutura da língua quanto a habilidade de perceber relações intratextuais e intertextuais.

▪ O processo de leitura em inglês requer não apenas o reconhecimento de palavras isoladas, mas a capacidade de entender como essas palavras se organizam para construir significados complexos. Além disso, é essencial que o leitor consiga identificar relações internas no texto, como a coesão entre parágrafos e a progressão de ideias, bem como conexões externas, que envolvem referências a outros textos, contextos históricos, culturais ou literários.

▪ **A seguir, o tema será explorado em três partes:** o domínio do vocabulário e da estrutura da língua, as relações intratextuais e a intertextualidade no processo de leitura.

DOMÍNIO DO VOCABULÁRIO E DA ESTRUTURA DA LÍNGUA

▪ **O primeiro passo para uma compreensão eficaz de textos em inglês é o domínio do vocabulário. O vocabulário pode ser dividido em dois tipos principais:**

▪ **Active vocabulary (vocabulário ativo):** composto por palavras que o leitor é capaz de usar em sua própria produção oral e escrita.

▪ **Passive vocabulary (vocabulário passivo):** formado por palavras que o leitor reconhece e compreende quando encontra em um texto, mas que pode não usar com frequência em suas próprias falas ou escritas.

▪ Para interpretar textos com precisão, é necessário ampliar o vocabulário passivo, pois ele representa uma grande parte das palavras encontradas em leituras acadêmicas, jornalísticas, literárias e técnicas. Estratégias como a leitura regular de diferentes tipos de textos, o uso de flashcards, a prática de contextos de uso e o estudo de sinônimos e antônimos ajudam a expandir esse repertório.

▪ Além do vocabulário isolado, é fundamental compreender o uso de expressões idiomáticas (idiomatic expressions), phrasal verbs, collocations (combinações de palavras que ocorrem naturalmente) e false cognates (falsos cognatos), que podem levar a interpretações equivocadas se não forem

▪ bem conhecidos. Por exemplo, o termo “actually” em inglês significa “na verdade” e não “atualmente”, o que é um erro comum entre estudantes de inglês.

▪ O domínio da estrutura da língua (grammar structures) também é essencial. Isso inclui o conhecimento de tempos verbais (verb tenses), vozes ativa e passiva (active and passive voice), uso de modais (modal verbs), estruturas condicionais (conditional sentences) e conjunções (conjunctions) que conectam ideias. A compreensão da gramática permite que o leitor identifique o papel de cada elemento no texto, facilitando a interpretação de informações implícitas e explícitas.

▪ Por exemplo, ao ler a frase “If I had known about the meeting, I would have attended,” o leitor deve reconhecer que se trata de uma third conditional sentence, que expressa uma situação hipotética no passado, indicando que o falante não sabia da reunião e, portanto, não compareceu. Esse entendimento é crucial para interpretar o significado além das palavras individuais.

▪ O conhecimento gramatical também contribui para a identificação de referências anafóricas e catafóricas (quando um pronome ou termo faz referência a algo já mencionado ou que será mencionado no texto), o que é fundamental para manter a coesão e entender como as ideias se relacionam.

▪ Assim, o domínio do vocabulário e da estrutura gramatical da língua inglesa é o alicerce para uma leitura eficiente, permitindo que o leitor vá além da decodificação de palavras para compreender o significado completo do texto.

RELAÇÕES INTRATEXTUAIS: COESÃO E COERÊNCIA NO TEXTO

▪ As relações intratextuais referem-se à maneira como as ideias e informações estão conectadas dentro do próprio texto. Isso envolve mecanismos de coesão e coerência, que garantem a fluidez da leitura e a clareza das ideias.

▪ **A coesão textual é construída por meio de elementos linguísticos que criam ligações entre frases, parágrafos e seções do texto. Os principais recursos de coesão incluem:**

▪ **Conjunctions and linking words (conjunções e palavras de ligação):** termos como “however,” “therefore,” “although,” “in addition” ajudam a estabelecer relações de causa e efeito, contraste, adição, etc.

▪ **Reference words (pronomes e expressões referenciais):** pronomes como “he,” “she,” “it,” “this,” “that” mantêm a continuidade do texto, referindo-se a elementos mencionados anteriormente.

▪ **Substitution and ellipsis (substituição e elipse):** permitem evitar repetições desnecessárias, substituindo termos ou omitindo partes do texto que são facilmente inferíveis.



AMOSTRA

▪ **Lexical cohesion (coesão lexical):** uso de sinônimos, antônimos e termos relacionados semanticamente para reforçar o tema e criar unidade no texto.

▪ Por exemplo, em um texto sobre o meio ambiente, termos como “pollution,” “contamination,” “environmental damage,” e “ecosystem degradation” criam coesão lexical ao abordar o mesmo campo semântico.

▪ A coerência textual, por sua vez, está relacionada ao sentido global do texto. Um texto coerente apresenta ideias organizadas de forma lógica, com progressão temática clara e relações de causa, consequência e temporalidade bem definidas. A coerência depende não apenas da estrutura do texto, mas também do conhecimento prévio do leitor, que deve ser capaz de relacionar as informações apresentadas com seus próprios conhecimentos e experiências.

▪ Por exemplo, ao ler um texto que começa com “Global warming has severe impacts on biodiversity” e continua explicando como o aumento da temperatura afeta espécies animais e vegetais, o leitor espera que o texto mantenha essa linha de raciocínio, apresentando exemplos, causas e possíveis soluções para o problema. Se o texto mudar abruptamente para um tema sem relação, a coerência será comprometida.

▪ Entender as relações intratextuais é fundamental para interpretar textos em inglês de forma eficaz, pois permite identificar como as informações estão organizadas e como cada parte contribui para o todo.

INTERTEXTUALIDADE NO PROCESSO DE LEITURA

▪ A intertextualidade refere-se à relação entre diferentes textos. Trata-se da capacidade de reconhecer como um texto faz referência a outros textos, obras, eventos históricos, contextos culturais ou até mesmo a discursos sociais amplos. Esse fenômeno é comum em textos literários, jornalísticos, publicitários e acadêmicos, e sua identificação enriquece a interpretação do texto.

▪ **Existem diferentes formas de intertextualidade:**

▪ **Citação direta ou indireta (quotation or paraphrase):** ocorre quando um texto menciona explicitamente outro, usando aspas ou reformulando uma ideia já conhecida.

▪ **Alusão (allusion):** uma referência sutil a outro texto, evento ou figura histórica, que o leitor deve reconhecer para compreender completamente o significado. Por exemplo, a expressão “to be or not to be” remete imediatamente à obra de Shakespeare, mesmo fora do contexto da peça.

▪ **Paródia e pastiche:** quando um texto imita ou faz uma releitura de outro, seja para homenageá-lo, seja para criticar ou modificar seu sentido original.

▪ **Interdiscursividade:** quando um texto incorpora elementos de diferentes gêneros discursivos, como um artigo acadêmico que inclui trechos de entrevistas, notícias e gráficos.

▪ A intertextualidade é uma estratégia poderosa para enriquecer o significado de um texto. Por exemplo, um anúncio publicitário pode usar uma referência bíblica ou literária

▪ para criar um impacto emocional no público, enquanto um artigo de opinião pode citar estudos acadêmicos para reforçar sua argumentação.

▪ Para identificar relações intertextuais em textos em inglês, o leitor precisa estar atento a pistas linguísticas, como aspas, expressões idiomáticas conhecidas, nomes próprios e eventos históricos mencionados. Além disso, o background knowledge (conhecimento prévio) é fundamental para fazer essas conexões de forma eficiente.

▪ O reconhecimento da intertextualidade amplia a compreensão do texto, pois permite ao leitor perceber camadas de significado que vão além da superfície, enriquecendo a interpretação e promovendo uma leitura mais crítica e reflexiva.

▪ A compreensão e interpretação de textos em inglês envolvem uma combinação de habilidades linguísticas e cognitivas. O domínio do vocabulário e da estrutura da língua fornece a base para decodificar o texto, enquanto a identificação das relações intratextuais e intertextuais permite uma compreensão mais profunda e crítica do conteúdo.

▪ Desenvolver essas competências é essencial para leitores que desejam não apenas entender textos em inglês, mas também analisá-los de forma reflexiva, reconhecendo as conexões entre diferentes ideias, contextos e discursos. Esse processo contribui para o aprimoramento da proficiência linguística e para a formação de leitores mais autônomos e críticos em qualquer área do conhecimento.

Reading Comprehension

Interpretar textos pode ser algo trabalhoso, dependendo do assunto, ou da forma como é abordado. Tem as questões sobre o texto. Mas, quando o texto é em outra língua? Tudo pode ser mais assustador.

Se o leitor manter a calma, e se embasar nas estratégias do Inglês Instrumental e ter certeza que ninguém é cem por cento leigo em nada, tudo pode ficar mais claro.

Vejam os que é e quais são suas estratégias de leitura:

Inglês Instrumental

Também conhecido como Inglês para Fins Específicos - ESP, o Inglês Instrumental fundamenta-se no treinamento instrumental dessa língua. Tem como objetivo essencial proporcionar ao aluno, em curto prazo, a capacidade de ler e compreender aquilo que for de extrema importância e fundamental para que este possa desempenhar a atividade de leitura em uma área específica.

Estratégias de leitura

▪ **Skimming:** trata-se de uma estratégia onde o leitor vai buscar a ideia geral do texto através de uma leitura rápida, sem apegar-se a ideias mínimas ou específicas, para dizer sobre o que o texto trata.

▪ **Scanning:** através do scanning, o leitor busca ideias específicas no texto. Isso ocorre pela leitura do texto à procura de um detalhe específico. Praticamos o scanning diariamente para encontrarmos um número na lista telefônica, selecionar um e-mail para ler, etc.

▪ **Cognatos:** são palavras idênticas ou parecidas entre duas línguas e que possuem o mesmo significado, como a palavra “vírus” é escrita igualmente em português e inglês, a única



AMOSTRA

RACIOCÍNIO LÓGICO

COMPREENSÃO DE ESTRUTURAS LÓGICAS

ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Aqui veremos questões que envolvem correlação de elementos, pessoas e objetos fictícios, através de dados fornecidos. Vejamos o passo a passo:

01. Três homens, Luís, Carlos e Paulo, são casados com Lúcia, Patrícia e Maria, mas não sabemos quem é casado com quem. Eles trabalham com Engenharia, Advocacia e Medicina, mas também não sabemos quem faz o quê. Com base nas dicas abaixo, tente descobrir o nome de cada marido, a profissão de cada um e o nome de suas esposas.

- a) O médico é casado com Maria.
- b) Paulo é advogado.
- c) Patrícia não é casada com Paulo.
- d) Carlos não é médico.

Vamos montar o passo a passo para que você possa compreender como chegar a conclusão da questão.

▪ **1º passo – Construir a tabela dos dados.** Vamos montar uma tabela para facilitar a visualização da resolução, a mesma deve conter as informações prestadas no enunciado, nas quais podem ser divididas em três grupos: homens, esposas e profissões.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos						
Luís						
Paulo						
Lúcia						
Patrícia						
Maria						

Também criamos abaixo do nome dos homens, o nome das esposas.

▪ **2º passo – Construir a tabela gabarito.** Essa tabela não servirá apenas como gabarito, mas em alguns casos ela é **fundamental** para que você enxergue informações que ficam meio escondidas na tabela principal. Uma tabela complementa a outra, podendo até mesmo que você chegue a conclusões acerca dos grupos e elementos.

HOMENS	PROFISSÕES	ESPOSAS
Carlos		
Luís		
Paulo		



AMOSTRA

▪ 3º passo preenchimento de nossa tabela, com as informações mais óbvias do problema, aquelas que não deixam margem a nenhuma dúvida. Em nosso exemplo:

O médico é casado com Maria: marque um “S” na tabela principal na célula comum a “Médico” e “Maria”, e um “N” nas demais células referentes a esse “S”.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos						
Luís						
Paulo						
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

ATENÇÃO: se o médico é casado com Maria, ele NÃO PODE ser casado com Lúcia e Patrícia, então colocamos “N” no cruzamento de Medicina e elas. E se Maria é casada com o médico, logo ela NÃO PODE ser casada com o engenheiro e nem com o advogado (logo colocamos “N” no cruzamento do nome de Maria com essas profissões).

Paulo é advogado: Vamos preencher as duas tabelas (tabela gabarito e tabela principal) agora.

Patrícia não é casada com Paulo: Vamos preencher com “N” na tabela principal

Carlos não é médico: preenchamos com um “N” na tabela principal a célula comum a Carlos e “médico”.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos	N		N			
Luís	S	N	N			
Paulo	N	N	S		N	
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

Notamos aqui que Luís então é o médico, pois foi a célula que ficou em branco. Podemos também completar a tabela gabarito.

Novamente observamos uma célula vazia no cruzamento de Carlos com Engenharia. Marcamos um “S” nesta célula. E preenchemos sua tabela gabarito.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos	N	S	N			
Luís	S	N	N			
Paulo	N	N	S		N	
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

HOMENS	PROFISSÕES	ESPOSAS
Carlos	Engenheiro	
Luís	Médico	
Paulo	Advogado	

NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS

AVALIAÇÃO INICIAL DA VÍTIMA. HEMORRAGIAS. FRACTURAS. QUEIMADURAS. OBSTRUÇÃO DE VIAS AÉREAS. TRANSPORTE DE VÍTIMAS

¹Alguns conceitos são importantes para compreensão do assunto:

- Primeiros Socorros são as avaliações e intervenções iniciais para uma doença ou lesão aguda, que podem ser iniciadas por qualquer pessoa, inclusive ela própria. Seu objetivo é preservar a vida, aliviar o sofrimento, prevenir progressão de novas patologias e promover a recuperação.
- Socorrismo é definido como sendo a utilização de um conjunto de técnicas e saberes em benefício do indivíduo e da comunidade.

► Finalidade dos Primeiros Socorros

- Preservar a vida.
- Restringir os efeitos da lesão.
- Promover a recuperação da vítima.

► Diferença entre urgência e emergência

Urgência: é necessário ser feito com rapidez. O agravo à saúde não apresenta risco de vida evidente. O atendimento pode aguardar até 24 horas.

Emergência: é inesperada e requer ação rápida. O atendimento precisa ser imediato.

ASPECTOS LEGAIS DO SOCORRISMO

OMISSÃO DE SOCORRO (ART. 135º DO CÓDIGO PENAL.)

Todo cidadão é obrigado a prestar auxílio a quem esteja necessitando, tendo três formas para fazê-lo: atender, auxiliar quem esteja atendendo ou solicitar auxílio.

Exceções da lei (em relação a atender e/ou auxiliar): menores de 16 anos, maiores de 65, gestantes a partir do terceiro mês, deficientes visuais, mentais e físicos (incapacitados).

Art. 135 - Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparado ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública.

Pena: Detenção de 01 (um) a 6 (seis) meses ou multa.

Parágrafo único: A pena é aumentada de metade, se a omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplica, se resulta em morte.

Em resumo: O artigo 135 do Código Penal Brasileiro é bem claro, onde ele afirma que deixar de prestar socorro à vítima de acidentes ou pessoas em perigo eminente, podendo fazê-lo é crime.

ETAPAS BÁSICAS DO SOCORRISMO

► Avaliação do Local do Acidente

Esta é a primeira etapa básica na prestação de primeiros socorros. Ao chegar no local de um acidente, ou onde se encontra um acidentado, deve-se assumir o controle da situação e proceder a uma rápida e segura avaliação da ocorrência.

► Proteção do Acidentado

- Analise o ambiente em que se encontra a vítima, a fim de minimizar os riscos tanto para o acidentado como para o socorrista (fios elétricos, animais, tráfego, entre outros);
- Caso necessite parar ou desviar o trânsito, procure pessoas capazes de fazê-lo;
- Se necessário, remova a vítima para um local adequado;
- Atue sempre com o intuito de acalmar a pessoa, e sem movimentá-la com gestos bruscos;
- **Converse com a vítima, pois, se ela responder, significa que não existe problema respiratório grave. Caso ela não consiga se comunicar adequadamente, verifique se está respirando. Em caso negativo, você deve agir rápido:** proteja a sua mão, abra a boca da vítima e verifique se há algo atrapalhando a respiração, como prótese dentária ou vômito; remova imediatamente. Se necessário, faça a respiração boca-a-boca e a reanimação cardiopulmonar (RCP);
- Se a vítima estiver vomitando, coloque-a na posição lateral de segurança (com a cabeça voltada para o lado, a fim de evitar engasgos).

1 Referências bibliográficas:

Del Rios et al. American Heart Association Guidelines for Cardiopulmonary Resuscitation and Emergency Cardiovascular Care. 2025

American Heart Association. 2020 American Heart Association Guidelines for Cardiopulmonary Resuscitation and Emergency Cardiovascular Care. Circulation. 2020

Manual de Situações de Emergência e Primeiros Socorros
David Szpilman – Manual de Afogamento ao curso de emergências aquáticas 2019. Publicado on-line em www.sobrasa.org, Março de 2019.



AMOSTRA

► **Dez mandamentos do socorrista**

1. Manter a calma.
2. Ter em mente a seguinte ordem quando prestar socorro: eu (o socorrista) — minha equipe vítima.
3. Checar se há riscos no local de socorro.
4. Conservar o bom senso.
5. Manter o espírito de liderança.
6. Distribuir tarefas.
7. Evitar atitudes impensadas.
8. Havendo muitas vítimas, dar preferência àquelas com maior risco de vida (sofrendo de parada cardiorrespiratória ou sangramento excessivo, por exemplo).
9. Agir como socorrista, não como herói.
10. Pedir auxílio, especialmente do Corpo de Bombeiros local.

► **Compreenda a situação**

- Mantenha a calma;
- Procure o auxílio de outras pessoas, caso seja necessário, e peça que chamem um médico;
- Ligue para emergência em sua cidade;
- Mantenha os curiosos à distância, pois assim o socorrista terá espaço suficiente para trabalhar;
- **Faça o exame primário para a avaliação completa do estado da vítima. Mas atenção:** o exame secundário, que visa descobrir quais foram as lesões sofridas, só pode ser feito se a vítima se encontrar em condições estáveis.

AValiação dos Sinais Vitais

Os sinais vitais são funções orgânicas básicas, sinais clínicos de vida que refletem o equilíbrio ou o desequilíbrio resultante das interações entre os sistemas do organismo e uma determinada doença.

► **Pulso**

- Coloque a extremidade de dois dedos sobre a artéria carotídea, pressionando suavemente;
- Avalie o volume do pulso como forte (cheio) ou fraco (filiforme);
- **Avalie o ritmo cardíaco:** regular ou irregular;
- **Avalie a Frequência Cardíaca:** conte o número de batimentos em 30 segundos e multiplique por 2.

A Frequência Cardíaca normal de um adulto em repouso situa-se na faixa de 60 a 100 batimentos por minuto, sendo geralmente mais baixa em um atleta bem condicionado.

Idade	Batimentos/minuto
Bebês	100-170
Crianças de 2 a 10 anos	70-120
Crianças > 10 anos e adultos	60-100

O pulso radial pode ser sentido na parte da frente do punho. Usar as pontas de 2 a 3 dedos levemente sobre o pulso da pessoa do lado correspondente ao polegar.



É importante perguntar à vítima sua pressão arterial e passar essa informação ao profissional que for prestar o socorro especializado.

► **Frequência Respiratória**

- Mantenha os dedos sobre a artéria carotídea;
- Conte o número de incursões respiratórias, observando a elevação e o abaixamento da caixa torácica;
- **Avalie a frequência:** conte o número de incursões em 30 segundos e multiplique por 2.
- Compare com os valores normais.

Na clínica odontológica, o aumento da frequência respiratória pode ser observado na síndrome de hiperventilação gerada por quadros de ansiedade aguda.

Idade (anos)	FR/minuto
0	30 a 40
1-2	25 a 30
2-8	20 a 25
8-12	18 a 20
Adultos	14 a 18

Frequência Respiratória (FR), em repouso, em função da idade.

Tipos de respiração	
Eupnéia	Respiração que se processa por movimentos regulares, sem dificuldades, na frequência média.
Apnéia	É uma ausência dos movimentos respiratórios. Equivale a parada respiratória.
Dispnéia	Dificuldade na execução dos movimentos respiratórios.
Bradipnéia	Diminuição na frequência média dos movimentos respiratórios.
Traquipnéia	Aceleração dos movimentos respiratórios.
Ortopnéia	O acidentado só respira sentado.

NOÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO

TEORIA DO FOGO

FUNDAMENTOS DO FOGO E DA COMBUSTÃO

► Conceito de fogo e combustão

Definição de fogo

O fogo é um processo químico de oxidação rápida, acompanhado pela liberação de calor, luz e, frequentemente, chamas. Esse fenômeno ocorre quando determinados materiais reagem com o oxigênio em condições favoráveis, dando origem à combustão.

Processo de combustão

A combustão é uma reação química exotérmica que envolve a combinação de um combustível com um comburente (geralmente o oxigênio), na presença de uma fonte de calor suficiente para iniciar e manter a reação. Esse processo pode ocorrer de forma lenta ou rápida, dependendo das condições envolvidas.

► Diferença entre combustão controlada e incêndio

Combustão controlada

Refere-se ao uso intencional e controlado do fogo, como em fogões, motores e processos industriais. Nesse caso, há domínio sobre os elementos do fogo, garantindo segurança e funcionalidade.

Incêndio

Caracterização

O incêndio ocorre quando o fogo se torna descontrolado, propagando-se de forma indesejada e causando danos ao patrimônio, ao meio ambiente e à vida humana.

Riscos associados

Incêndios podem gerar calor intenso, fumaça tóxica, explosões e colapsos estruturais, tornando-se altamente perigosos.

► Importância do estudo do fogo na prevenção e no combate a incêndios

Compreensão dos mecanismos

O entendimento dos processos que envolvem o fogo permite identificar condições de risco e adotar medidas preventivas eficazes.

Aplicação prática

Conhecer o comportamento do fogo auxilia na escolha de métodos adequados de combate, como o uso correto de extintores e outros dispositivos.

Redução de acidentes

A análise dos fatores que originam e alimentam o fogo contribui para a redução da ocorrência de incêndios em ambientes de trabalho.

► Relação entre prevenção, controle e resposta emergencial

Prevenção

Consiste na eliminação ou controle dos elementos necessários para a formação do fogo, evitando sua ocorrência.

Controle

Atuação inicial

Envolve ações rápidas para conter o início de um incêndio, impedindo sua propagação.

Uso de equipamentos

Inclui a utilização de extintores e outros sistemas de combate.

Resposta emergencial

Abrange medidas adotadas em situações de incêndio já instalado, como evacuação, acionamento de equipes especializadas e combate avançado.

TRIÂNGULO DO FOGO E FATORES QUE INFLUENCIAM SUA FORMAÇÃO

► Conceito de triângulo do fogo

Definição fundamental

O triângulo do fogo é um modelo teórico que representa os três elementos essenciais para a ocorrência da combustão: combustível, comburente e calor. A presença simultânea desses três fatores é indispensável para que o fogo se inicie e se mantenha.

Importância do conceito

A compreensão do triângulo do fogo é fundamental para a prevenção e o combate a incêndios, pois a eliminação de qualquer um de seus elementos interrompe o processo de combustão.

AMOSTRA

► Elemento combustível

Definição de combustível

O combustível é toda substância capaz de queimar, ou seja, de reagir quimicamente com o oxigênio, liberando energia na forma de calor e luz.

Tipos de combustíveis

Sólidos

Materiais como madeira, papel, tecidos e plásticos, que geralmente queimam em superfície e profundidade.

Líquidos

Substâncias inflamáveis como gasolina, álcool e óleos, que liberam vapores combustíveis.

Gasosos

Gases como GLP e metano, que apresentam alta facilidade de ignição e rápida propagação.

Influência na combustão

A natureza, quantidade e forma de distribuição do combustível influenciam diretamente a intensidade e a velocidade do fogo.

► Elemento comburente

Definição de comburente

O comburente é o agente que permite a queima do combustível, sendo o oxigênio presente no ar o mais comum.

Concentração de oxigênio

A combustão ocorre de forma mais intensa quando há maior disponibilidade de oxigênio. Ambientes ventilados favorecem a propagação do fogo.

Outros comburentes

Embora o oxigênio seja o principal, outras substâncias também podem atuar como comburentes em condições específicas.

► Elemento calor

Definição de calor

O calor é a energia necessária para iniciar e manter a combustão. Ele eleva a temperatura do combustível até o ponto de ignição.

Fontes de calor

Fontes naturais

Como raios e calor solar intenso.

Fontes artificiais

Como faíscas elétricas, chamas abertas, atrito mecânico e equipamentos aquecidos.

Ponto de ignição

É a temperatura mínima necessária para que o combustível comece a queimar espontaneamente.

► Interdependência entre os três elementos

Equilíbrio do triângulo

Os três elementos do fogo estão interligados. A ausência de qualquer um deles impede a combustão, enquanto sua combinação adequada sustenta o incêndio.

Quebra do triângulo do fogo

Remoção do combustível

Elimina a fonte de alimentação do fogo.

Redução do oxigênio

Pode ser feita por abafamento.

Resfriamento

Reduz a temperatura abaixo do ponto de ignição.

► Condições que favorecem ou dificultam a ignição e a propagação do fogo

Fatores favoráveis

- Grande quantidade de material combustível
- Ambientes com alta ventilação
- Presença de fontes de calor intensas

Fatores desfavoráveis

- Ambientes úmidos
- Baixa concentração de oxigênio
- Ausência de fontes de ignição

FATORES QUE INFLUENCIAM O COMPORTAMENTO DO FOGO

► Natureza e estado físico do combustível

Tipo de material

A natureza do combustível exerce forte influência sobre o comportamento do fogo. Materiais sólidos, líquidos e gasosos apresentam características distintas de ignição e queima, determinando a intensidade e a forma de propagação do incêndio.

Estado físico

Sólidos

Queimam geralmente de forma mais lenta, porém podem gerar brasas e combustão prolongada.



SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO

LEI ESTADUAL Nº 11.390/2020: OBJETIVOS; CONCEITOS BÁSICOS; COMPETÊNCIAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MARANHÃO; MEDIDAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO; PROCESSO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO; CERTIFICAÇÃO; FISCALIZAÇÃO

LEI Nº 11.390, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020.

Institui o Regulamento de Segurança Contra Incêndios das edificações e áreas de risco no Estado do Maranhão, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Regulamento de Segurança Contra Incêndios das edificações e áreas de risco no Estado do Maranhão.

Art. 2º Os objetivos deste Regulamento são:

- I - proteger, prioritariamente, a vida dos ocupantes das edificações e áreas de risco, em caso de incêndios e emergências;
- II - restringir o surgimento e dificultar a propagação de incêndios, reduzindo danos ao meio ambiente e ao patrimônio;
- III - proporcionar os meios necessários ao controle e à extinção de incêndios;
- IV - viabilizar as operações de atendimento de emergências;
- V - proporcionar a continuidade dos serviços nas edificações ou áreas de risco;
- VI - atribuir competências para o fiel cumprimento das medidas de segurança contra incêndios;
- VII - fomentar o desenvolvimento de uma cultura preventiva de segurança contra incêndios.

CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º Para os fins deste Regulamento são adotadas as seguintes definições: I - altura da edificação:

- a) a medida, em metros, do piso mais baixo ocupado ao piso do último pavimento, para fins de exigências das medidas de segurança contra incêndios; e
- b) a medida, em metros, entre o ponto que caracteriza a saída do nível de descarga ao piso do último pavimento habitável, podendo ser ascendente ou descendente, para fins de saída de emergência;

II - agente fiscalizador: o integrante do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão - CBMMA que exerce atividade de fiscalização das edificações e áreas de risco;

III - ampliação: o aumento da área construída da edificação;

IV - análise de processo: o procedimento de verificação de conformidade das documentações e das medidas de segurança contra incêndios e emergências das edificações e áreas de risco, que compõe o processo de licenciamento;

V - análise de projeto: o procedimento de verificação da documentação e das plantas das medidas de segurança contra incêndios das edificações e áreas de risco, quanto ao atendimento das exigências deste Regulamento;

VI - andar: o volume compreendido entre dois pavimentos consecutivos, ou entre o último pavimento e à sua cobertura;

VII - área de evento temporário: a área total de onde ocorrerá o evento, incluindo palco, bares, arquibancada, tendas e todo o cercado;

VIII - área de risco: o ambiente externo à edificação que apresenta risco específico de ocorrência de incêndio ou emergência, tais como, armazenamento de produtos inflamáveis ou combustíveis, subestações elétricas, explosivos, produtos perigosos e similares;

IX - área total da edificação: o somatório, em metros quadrados, da área a construir e da área construída de uma edificação;

X - ático: a parte do volume superior de uma edificação destinada a abrigar máquinas, piso técnico de elevadores, caixas de água e circulação vertical;

XI - carga de incêndio: a soma das energias caloríficas possíveis de serem liberadas pela combustão completa de todos os materiais combustíveis contidos em um espaço, inclusive o revestimento das paredes, divisórias, pisos e tetos;

XII - Certificação do Corpo de Bombeiros Militar: o ato administrativo pelo qual o Corpo de Bombeiros Militar, verificando que o interessado atendeu a todas as exigências legais constantes no processo de segurança contra incêndios e emergências, autoriza a ocupação e funcionamento das edificações ou áreas de risco;

XIII - Comissão Técnica: o grupo de estudo composto por Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar, devidamente nomeados, com o objetivo de analisar e emitir pareceres relativos aos casos que necessitem de soluções técnicas complexas ou apresentem dúvidas quanto às exigências previstas neste Regulamento;

XIV - compartimentação: a medida de proteção incorporada ao sistema construtivo, constituída de elementos de construção resistentes ao fogo, destinada a evitar ou minimizar a propagação do fogo, calor e gases, interna ou externamente ao edifício, no mesmo pavimento ou a pavimentos elevados consecutivos;

XV - consulta técnica: o documento emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão com caráter normativo e vinculativo, formalizando a interpretação de assuntos específicos da regulamentação de segurança contra incêndios e emergências;

AMOSTRA

XVI - edificação: a área construída destinada a abrigar atividade humana ou qualquer instalação, equipamento ou material;

XVII - edificação existente: a área construída ou regularizada, com documentação comprobatória, anteriormente à edição deste Regulamento, desde que não contrarie dispositivos do serviço de segurança contra incêndios e emergências e observe os objetivos do presente Regulamento;

XVIII - edificação térrea: a construção de um pavimento, podendo possuir mezanino;

XIX - emergência: a situação crítica e fortuita que representa perigo à vida, ao meio ambiente ou ao patrimônio, decorrente de atividade humana ou fenômeno da natureza e que obriga à rápida intervenção operacional;

XX - fiscalização: o ato administrativo pelo qual o bombeiro militar verifica, a qualquer momento, o cumprimento das medidas de segurança contra incêndios e emergências, previstas na legislação em vigor;

XXI - infrator: a pessoa física ou jurídica proprietária, responsável pelo uso, pela obra ou responsável técnico, da edificação e áreas de risco, que descumpre as normas previstas na legislação de segurança contra incêndios e emergências;

XXII - instalações temporárias: as que abrigam uma ocupação com duração de até 6 (seis) meses, prorrogável uma vez, por igual período, que podem ou não estar localizadas no interior de uma edificação permanente; tais como circos, parques de diversões, feiras de exposições, feiras agropecuárias, rodeios, shows artísticos, dentre outros;

XXIII - isolamento de risco: a medida de proteção passiva por meio de parede de compartimentação sem aberturas ou afastamento entre edificações, destinada a evitar a propagação do fogo, calor e gases, entre os blocos isolados;

XXIV - medidas de segurança contra incêndios e emergências: o conjunto de dispositivos, sistemas ou procedimentos a serem adotados nas edificações e áreas de risco, necessários a evitar o surgimento de um incêndio, limitar sua propagação, possibilitar sua extinção, bem como propiciar a proteção à vida, meio ambiente e patrimônio;

XXV - mezanino: o pavimento que subdivide parcialmente um andar e cujas áreas somadas, limitadas a 250m², não ultrapassem 1/3 (um terço) do pavimento subdividido;

XXVI - mudança de ocupação: a alteração de atividade ou uso que resulte na mudança de classificação (Grupo ou Divisão) da edificação ou área de risco, constante na tabela de classificação das ocupações previstas em norma técnica;

XXVII - nível de descarga: o nível no qual uma porta ou abertura permite a condução dos ocupantes a um local seguro no exterior da edificação ou área de risco;

XXVIII - Norma Técnica do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão - NT/CBMMA: o documento técnico elaborado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão que normatiza procedimentos administrativos, bem como medidas de segurança contra incêndios e emergências nas edificações e áreas de risco;

XXIX - notificação: o meio de comunicação formal entre o Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão e o proprietário ou responsável pela edificação ou área de risco, para fins de correção de irregularidades ou adoção de providências diversas;

XXX - ocupação: a atividade ou uso de uma edificação;

XXXI - ocupação mista: a edificação ou área de risco onde se verifica mais de um tipo de ocupação;

XXXII - ocupação predominante: a atividade ou uso principal exercido na edificação ou área de risco;

XXXIII - ocupação subsidiária: a atividade ou uso de apoio ou suporte, vinculada à atividade ou uso principal, em edificação ou área de risco;

XXXIV - operação sazonal: o conjunto de ações realizadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão em determinados períodos, atendendo a situações de risco específicas;

XXXV - ordem de fiscalização: o documento expedido pelo Serviço de Atividade Técnica determinando a fiscalização a ser realizada pelos órgãos ou agentes subordinados funcionalmente, podendo abranger área de risco ou edificação;

XXXVI - Parecer Técnico: a avaliação ou relatório emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão em decorrência de questionamentos ou assuntos específicos da regulamentação de segurança contra incêndios e emergências;

XXXVII - pavimento: o plano de piso do andar de uma edificação ou área de risco;

XXXVIII - perícia de incêndio: a apuração das causas, desenvolvimento e consequências dos incêndios atendidos pelo Corpo de Bombeiros Militar, mediante exame técnico das edificações, materiais e equipamentos, no local ou em laboratório especializado, visando o aprimoramento técnico da segurança contra incêndios e emergências, bem como da atividade operacional;

XXXIX - processo de segurança contra incêndio: o processo de regularização das edificações e áreas de risco para emissão da Certificação do CBMMA;

XL - processo infracional: o processo de fiscalização do CBMMA que resulta na autuação do infrator, sendo-lhe assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa;

XLI - projeto de segurança contra incêndio: a documentação que contém os elementos formais exigidos pelo CBMMA na apresentação das medidas de segurança contra incêndio de uma edificação e áreas de risco, que deve ser submetida à avaliação do Serviço de Atividades Técnicas;

XLII - reforma: as alterações nas edificações e áreas de risco sem aumento de área construída e sem alteração da ocupação;

XLIII - responsável pela obra: a pessoa física ou jurídica responsável pela instalação das medidas de segurança contra incêndio, na construção ou reforma de uma edificação ou área de risco;

XLIV - responsável pelo uso: a pessoa física ou jurídica responsável pelo uso ou ocupação da edificação ou área de risco;

XLV - responsável técnico: o profissional legalmente habilitado a elaborar projetos, obras ou executar atividades relacionadas à segurança contra incêndios e emergências;

XLVI - risco específico: a situação que proporciona uma probabilidade maior de perigo à edificação, tal como: caldeira, casa de máquinas, incinerador, central de gás combustível, transformador, fonte de ignição e outros;

XLVII - segurança contra incêndios e emergências: o conjunto de ações, medidas de proteção ativa e passiva, além dos recursos internos e externos à edificação e áreas de risco, que permitem controlar a situação de incêndio, a evacuação segura de pessoas e garantem o acesso das equipes de salvamento e socorro ao local;

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

LEI ESTADUAL Nº 6.513/1995 (ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO MARANHÃO)

LEI Nº 6.513, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1995.

Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Maranhão e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I GENERALIDADES

Art. 1º - Esta Lei regula a situação, obrigações, direitos, deveres e prerrogativas dos policiais-militares da Polícia Militar do Maranhão.

Art. 2º - Os integrantes da Polícia Militar constituem a categoria de Servidores Públicos Militares do Estado.

§ 1º - São equivalentes as expressões “servidor público militar estadual”, “servidor público militar”, “militar”, “polícia-militar” e “servidor militar do Estado” para fins deste Estatuto.

§ 2º - Os servidores públicos militares encontram-se em uma das seguintes situações:

I - na ativa:

- a) os militares de carreira;
- b) os incluídos na Polícia Militar, voluntariamente, durante o tempo que se comprometeram a servir;
- c) os componentes da reserva remunerada, quando convocados;
- d) os alunos dos cursos de formação de policiais-militares; II - na inatividade:

- a) os militares na reserva remunerada sujeitos à convocação;
- b) reformados, por terem sido dispensados definitivamente da prestação de serviço na ativa, continuando a perceber remuneração do Estado.

§ 3º - Militares de carreira são os que, no desempenho voluntário e permanente do serviço policial-militar, têm estabilidade assegurada ou presumida.

Art. 3º - O serviço policial-militar consiste no exercício de atividades inerentes à Polícia Militar e compreende todos os encargos previstos na legislação específica e peculiar relacionadas com o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

Art. 4º - A carreira policial-militar é caracterizada por atividade contínua devotada às finalidades da Polícia Militar.

§ 1º - A carreira policial-militar é privativa dos militares da ativa, inicia-se com o ingresso na Polícia Militar e obedece à seqüência de graus hierárquicos.

§ 2º - É privativa de brasileiro nato a carreira de Oficial da Polícia Militar.

Art. 5º - São equivalentes as expressões “Polícia Militar do Estado do Maranhão”, “Polícia Militar do Estado”, “Polícia Militar Estadual”, “Instituição Policial-Militar”, “Instituição Militar Estadual”, “Organização Policial-Militar”, para efeito deste Estatuto.

Art. 6º - São equivalentes as expressões “na ativa”, “da ativa”, “em serviço ativo”, “em serviço na ativa”, “em atividade ou em atividade policial-militar”, conferidas aos policiais-militares no desempenho de cargo, comissão, encargos, incumbência ou missão, serviço ou atividade policial-militar ou considerada de natureza policial-militar, nas Organizações Policiais Militares, bem como em outros órgãos do Estado, quando previstos em Lei ou regulamento.

Art. 7º - A condição jurídica dos servidores públicos militares é definida pelos dispositivos constitucionais que lhes forem aplicáveis, pela legislação específica, por este Estatuto e pelas leis peculiares que lhes outorguem direitos e prerrogativas e lhes imponham deveres e obrigações.

CAPÍTULO I DO INGRESSO NA POLÍCIA MILITAR

Art. 8º - O ingresso na Polícia Militar do Maranhão é facultado a todos os brasileiros, sem distinção de raça ou crença religiosa, mediante matrícula ou nomeação, após aprovação em concurso público de provas e/ou de provas e títulos. (Alterado pela Lei nº 8.080, de 4 de fevereiro de 2004).

Art. 9º - Para matrícula nos estabelecimentos de ensino militar destinados à formação de Oficiais, Sargentos e Soldados PM, QOPM e QOPM Fem, é necessário que o candidato satisfaça às seguintes condições:

- I - ser brasileiro;
- II - (Revogado pela Lei nº 8.362, de 29 de dezembro de 2005).
- III - estar em dia com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - possuir até a data limite da inscrição a idade máxima de 30 (trinta) anos; (Alterado pela Lei nº 10.680, de 14 de setembro de 2017).
- V - ter idoneidade moral;
- VI - ter sanidade física e mental;
- VII - ter no mínimo 1,65 m de altura, se masculino, e 1,60 m de altura, se do sexo feminino;
- VIII - ser aprovado em concurso público mediante os seguintes critérios:
 - a) para oficiais PM, será exigido o certificado de conclusão do 2º Grau e ser aprovado inclusive nos exames: físico, médico e psicotécnico;

AMOSTRA

b) para praças PM, o candidato deverá possuir o certificado de conclusão do 2º grau e ser aprovado inclusive nos exames: físico, médico e psicotécnico. (Alterada pela Lei nº 7.486, de 16 de dezembro de 1999).

IX - ser habilitado para a direção de veículo automotor, no mínimo, na categoria 'A' ou 'B'. (Acrescentado pela Lei nº 9.712, de 12 de novembro de 2012).

Parágrafo único - É obrigatória a realização do exame toxicológico para os candidatos aos cursos de formação da Polícia Militar do Maranhão, possuindo o mesmo caráter eliminatório. (Acrescentado pela Lei nº 9.712, de 12 de novembro de 2012).

Art. 10 - O ingresso no Quadro de Oficiais, no posto inicial da carreira, será através do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar, no qual serão matriculados os candidatos aprovados em concurso público.

Art. 11 - Para ingresso no Quadro de Oficiais da Administração (QOA) e de Oficiais Especialistas (QOE) serão selecionados os Subtenentes, mediante os seguintes critérios:

I-possuir diploma de conclusão de Curso de Nível Superior ou equivalente, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC); (Alterado pela Lei nº 10.670, de 31 de agosto de 2017).

II-possuir, no mínimo, 18 (dezoito) anos de efetivo serviço;

III-contar com, no mínimo, 02 (dois) anos na graduação;

IV-ser aprovado no Curso de Habilitação de Oficiais de Administração (CHOA) ou Cursos de Habilitação de Oficiais Especialistas (CHOE), respectivamente.

§ 1º - Para ser matriculado no Curso de Habilitação de Oficiais de Administração ou no Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas é necessário satisfazer os seguintes requisitos básicos:

I-estar em pleno desempenho das atividades profissionais;

II-ser considerado apto em exame de saúde;

III-ser aprovado em exame de aptidão física;

IV-possuir conceito profissional;

V-possuir conceito moral;

VI-não estar denunciado em processo crime ou condenado, em sentença transitada em julgado;

VII-não estar submetido a Conselho de Disciplina.

§ 2º - Dentre os candidatos considerados habilitados, serão indicados para frequentar o Curso de Habilitação de Oficiais de Administração ou o Curso de Habilitação de Oficiais

Especialistas, os Subtenentes mais antigos na graduação, de acordo com o número de vagas estabelecidas para cada curso.

§ 3º - Os atos que afetem a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe, a que se refere o conceito profissional e o conceito moral, deverão estar devidamente comprovados através do devido processo legal.

§ 4º - Os conceitos profissional e moral serão apreciados pela Comissão de Promoção de Praças PM através do exame da documentação e demais informações recebidas, observando-se, ainda, o disposto no artigo 40 deste Estatuto.

(Alterado pela Lei nº 8.362, de 29 de dezembro de 2005).

Art. 12 - O ingresso no Quadro de Oficiais Capelães (QOC) será mediante concurso público de prova ou de prova e títulos, devendo o candidato ser padre, pastor ou equivalente, com formação teológica de terceiro grau.

Parágrafo único - Os candidatos aprovados no concurso a que se refere este artigo serão submetidos ao estágio não inferior a 90 (noventa) dias, e logo após, promovidos ao posto de 1º Tenente-Capelão PM (1º Tem Cpl PM).

Art. 13 - O ingresso no Quadro de Oficiais de Saúde (QOS) será mediante concurso público de provas e/ou provas e títulos e aprovação inclusive nos exames: médico, físico e psicotécnico.

§ 1º - Para o ingresso no Quadro a que se refere o caput deste artigo, o candidato deverá possuir, até a data limite da inscrição, a idade de 35 (trinta e cinco) anos, devendo, ainda, preencher as condições exigidas nos incisos I, III, V e VI do art. 9º desta Lei (Alterado pela Lei nº 10.131, de 30 de julho de 2014).

§ 2º - Os candidatos aprovados em concurso a que se refere este artigo serão submetidos a estágio não inferior a 90 (noventa) dias, findo o qual serão nomeados no posto de 1º Tenente PM Médico, 1º Tenente PM Dentista, 1º Tenente Veterinário e 1º Tenente PM Psicólogo, obedecida a rigorosa ordem de classificação, no estágio, dentro dos Quadros (Alterado pela Lei nº 8.362, de 29 de dezembro de 2005).

Art. 14 - (Revogado pela Lei nº 7.855, de 31 de janeiro de 2003).

Parágrafo único - (Revogado pela Lei nº 7.855, de 31 de janeiro de 2003).

Art. 15 - O preenchimento das graduações de 3º Sargento, Cabos e Soldados ocorrerá da seguinte forma:

I-o ingresso na graduação de 3º Sargento dar-se-á através de aprovação no Curso de Formação de Sargentos, após aprovação em concurso público e por promoção;

II-o ingresso nas graduações dar-se-á por promoção à exceção dos Soldados aos quais se aplica a regra do concurso público; (Alterado pela Lei nº 9.131, de 24 de março de 2010).

III- (Revogado pela Lei 8.362, de 29 de dezembro de 2005).

IV-o preenchimento das demais graduações far-se-á através de promoções nos termos da legislação específica;

(Revogado pela Lei nº 9.131, de 24 de março de 2010).

(Alterado pela Lei 7.855, de 31 de janeiro de 2003).

Art. 16 - Os candidatos selecionados em concurso público para o cargo de formação de Soldado ingressarão na Polícia Militar como aluno, por um período correspondente a duração do curso. (Alterado pela Lei nº 9.131, de 24 de março de 2010).

CAPÍTULO II

D A H I E R A R Q U I A , D I S C I P L I N A E P R E C E D Ê N C I A

Art. 17 - A hierarquia e a disciplina são as bases institucionais da Polícia Militar, sendo que a autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico.

§ 1º A hierarquia militar é a ordenação da autoridade em níveis diferentes, observadas a subordinação em diversos postos e graduações que constituem a carreira militar.

I-a ordenação se faz por postos e graduações, observada a antiguidade no posto ou graduação;

II-o respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à seqüência da autoridade.

§ 2º - A disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral às leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo policial-militar e coordenam o seu funcionamento regular e harmônico, traduzido pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos integrantes da Organização Policial-Militar.